

Intervir agora sem regular depois

Debate na Faculdade de Economia procurou definir o papel do Estado na actual crise financeira

João Henriques

■ "A crise e o regresso do Estado como bombeiro ou como autor?". A pergunta ganha pertinência face ao momento em que é elaborada. A crise financeira que o Mundo atravessa não deixa ninguém indiferente à questão, que se assume actual e que serviu de tema a um colóquio organizado ontem, pelo Núcleo de Estudos sobre Governação e Instituições da Economia, do Centro de Estudos Sociais (CES), no auditório da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC).

«O mercado livre está cheio de imperfeições e o papel do Estado é necessário», referiu José Silva Lopes, admitindo, contudo, ter «grande receio da intervenção do Governo». O antigo governador do Banco de Portugal assegurou, de seguida, que «o sistema financeiro é o sistema de mercado onde há mais falhas», reforçando que, «quando há falhas de mercado, são precisas intervenções governamentais». «Os governos estão a actuar com toda a força e vão continuar a actuar», destacou.

Segundo José Silva Lopes, «na actual crise, os banqueiros querem que o Estado os ajude, mas não querem que, depois, os regu-

le», dando conta que «os lucros foram privatizados e os prejuízos vão ser socializados». O economista, depois de assumir que «a crise não está na crise financeira», falou em «muitas perdas que ainda não vieram ao de cima». «Uma crise daquelas que dói ainda não começou. Será que ela vem ou não? Não sei», deixou a dúvida.

Paulo Trigo Pereira não hesitou em afirmar que, «nesta crise financeira, assistimos a uma crise de confiança». «Aqui, o Estado bate aos pontos o mercado», acrescentou, antes mesmo de sublinhar que «é preciso coordenação e ter os Estados coordenados». Sobre o papel do Estado, o especialista em finanças públicas foi pronto na exposição do seu ponto de vista: «A perspectiva dominante e que vai acontecer é bombeiro». E explicou: «É uma intervenção política para salvar o capitalismo».

Estado assume riscos

«Os políticos intervêm agora para resolver o problema e depois a coisa tenderá a voltar a como estava antes por vontade dos bancos», sublinhou o coordenador do grupo que elaborou a nova Lei das Finanças Locais,

confidenciando que «o que me preocupa é que o bombeiro esteja a actuar em prejuízo dos contribuintes». Na opinião de Paulo Trigo Pereira, «era muito melhor o Estado forçar a cooperação dos bancos», mas o que está a acontecer é que «o Estado está a suportar a maior parte dos riscos».

Na sua intervenção, José Reis falou em «mudanças radicais na nossa organização colectiva», assumindo que «o que se passou nas últimas semanas, no Mundo, mostra que entrámos numa nova fase do capitalismo». O professor catedrático da FEUC esgrimiu que «os fundamentos em que as economias e as sociedades assentavam, colocaram-nos agora sob a sua própria ruína». «Quando falamos dos milhões que o Estado colocou agora, estamos a falar de rendimento máximo garantido», ironizou.

O investigador do CES apelou à «regulação do Estado, como elemento de uma economia que precisa de uma sólida estrutura institucional». O antigo secretário de Estado do Ensino Superior disse concordar com um colega francês que, em tempos, escreveu que «o Estado é o novo actor do século XXI», assim como reconheceu a necessidade de «ter um



JOSÉ REIS falou na entrada numa "nova fase do capitalismo"

programa ousado de distribuição da riqueza».

José Castro Caldas lembrou que «as causas da crise estão relacionadas com a arquitectura das instituições financeiras que temos e que foram politicamente

criadas nos anos 80», divulgando, de pronto, que «há más teorias que se convertem em políticas e provocam desastres sociais», antes mesmo de se debruçar sobre a «teoria dos mercados de capitais eficientes». «A nova arqui-

tectura financeira foi construída com base nesta teoria errada», certificou o professor e investigador com trabalho nas áreas de simulação multi-agentes, história do pensamento económico e economia institucional. |